

“O NATIVO GUERREIRO - O SENTIDO DE GUERREAR NAS SOCIEDADES INDÍGENAS AMAZÔNICAS PRÉ-COLONIAIS”ⁱ

Elis da Silva Oliveiraⁱⁱ

Na vida dos selvagens e dos bárbaros, os acontecimentos dominantes são guerras (SPENCERⁱⁱⁱ)

Parece bem estabelecido, portanto, que não se pode pensar a sociedade primitiva sem pensar também a guerra, a qual, como dado imediato da sociologia primitiva, adquire uma dimensão de *universalidade*. (CLASTRES^{iv})

RESUMO. Este estudo tem como fundamento o estabelecimento de uma análise do significado e função da guerra nas sociedades indígenas amazônicas pré-coloniais. Para isso, nos deteremos à uma revisão bibliográfica, com a exposição de algumas abordagens históricas e antropológicas sobre o tema, ressaltando os diferentes e até mesmo conflitantes significados da guerra nestes grupos. Partindo de uma noção universalista da guerra, considerando os povos indígenas como *seres para a guerra*, explicitaremos as diferentes vertentes, de cunho naturalista, econômica, político e cultural sobre o conceito da guerra nas sociedades ameríndias. Em que ao longo de tais análises, podemos observar mudanças significativas no estudo e considerações sobre a forma de vida dos grupos indígenas da Amazônia, onde outras variantes, além da econômica, mostram-se fundamentais para o entendimento de diversas questões. E ao passo que não encontramos apenas um significado para a guerra, concluímos que a legitimidade de cada consideração só pode ser analisada de acordo com contextos específicos, sendo de elevada importância o estabelecimento não de um significado da guerra em geral, mas um estudo da reinterpretação desta nos diferentes grupos indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas, Amazônia, Guerra.

INTRODUÇÃO

Ao falar sobre povos indígenas amazônicos pré-coloniais, também chamados de “primitivos”, nativos e silvícolas, partindo de uma perspectiva das mentalidades, é observar em muito a visão do europeu conquistador em relação a estes “selvagens”. O relato de cronistas e viajantes em muito influenciou na construção do imaginário acerca destes povos, sendo até hoje um grande referencial para o estudo destes. Tal fato foi pontuado por Darcy Ribeiro(1995), em sua obra “O povo brasileiro”, onde

em sua análise sobre a construção social do Brasil, ao realizar análise sobre os povos indígenas no processo de formação da sociedade brasileira aborda que,

Reconstituir esse processo, entendê-lo em toda a sua complexidade, é meu objetivo neste livro. Parece impossível, reconheço. Impossível porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas. (RIBEIRO, 1995, p. 30)

Nesta passagem, o renomado autor estabelece a forte intersecção do europeu, denominado por ele como “invasor”, na escrita sobre os povos silvícolas. É a partir dos relatos de cronistas e viajantes que, em geral, se estabelece bases para promover diversas hipóteses para o estudo dessas sociedades amazônicas. Podemos observar a forte influencia do pensamento do “conquistador” europeu na forma de se ver o indígena. Desde os relatos dos primeiros viajantes até análises dos séculos seguintes, é visível a estranheza que se tem deste “ser diferente” e por conseguinte na análise deste. Onde em geral, seja este tendo comportamentos bons ou maus, é quase sempre visto como um “selvagem”. E ao se aventurar por mares nunca dantes navegados, estes homens do “Velho Mundo” encontram terras verdes, próximas à idéia de paraíso, mas que porém abrigam seres que comem carne humana, que guerreiam entre si, andam nus e não possuem uma mínima noção de Estado. Este é o indígena, no qual sua agressividade é colocada como elemento classificatório para a noção de *selvagem*.

Quando descobrem os ameríndios das terras baixas da América do Sul, os europeus ficam mais espantados com a selvageria dos homens do que com a selvageria do lugar. Guerras incessantes e sem motivos aparentes, o canibalismo ritual, a poligamia, tudo isso impressiona os observadores desconcertados que penam para reconhecer nessas práticas um dispositivo social do qual o Velho Mundo não oferecia equivalente. (DESCOLA, 1999, p. 107)

E é a partir deste prisma muito bem pontuado por Philippe Descola (1999) que o silvícola é conduzido. Por não conter uma mesma noção de mundo que a dos navegantes europeus, é inferior e durante muito tempo, sua política, cultura, economia e estrutura social foram reduzidos a uma noção de precariedade, de simplicidade e que muito deveria “evoluir” até alcançar o nível de humanidade por excelência, onde situava-se o branco europeu. A partir desta lógica é que

observamos relatos de cronistas sobre a guerra e rituais antropofágicos indígenas. Em geral com receio e temor.

Mas afinal, qual ou quais fatores estimularam a agressividade tão amplamente relatada por cronistas e viajantes grupos? Com nosso estudo, almejamos que a partir da definição da guerra possamos compreender a composição social e política de tais grupos. Por que guerreavam? Como guerreavam? Qual a importância da guerra? Tais questionamentos serão nossos norteadores de nosso trabalho.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Para analisar a questão do significado e função da guerra para tais grupos, estaremos durante todo este trabalho nos reportando à estudos antropológicos de Pierre Clastres(2004), Carlos Fausto(1999), Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro(2009), Meggers(1987) além de teóricos que estabelecem pontos importantes sobre questões socioculturais e econômica dos grupos indígenas, como Levi Strauss e Marshall Sahlins, como estudos etno-históricos que pontuam sobre o modo de vida destes grupos a partir do relato e contato com os viajantes, Porro(1995). Além disto, realizaremos algumas considerações sobre o trabalho arqueológico sobre as populações ameríndias, com ênfase no estudo de Eduardo Neves(2006) e SHAAN e outros(2007) que abordam novas possibilidades para a compreensão do povoamento dos grupos indígenas da Amazônia. A partir da junção de diversas teorias e estudos, pretendemos melhor compreender a questão da guerra nas sociedades indígenas, em especial, da Amazônia. Para isso, estaremos conflitando teorias e autores, onde será a partir da exposição do estudo destes que pretendemos ampliar as abordagens sobre a questão da guerra e seus significados e por que não, sobre as diferentes formas de se analisar as sociedades pré-coloniais amazônicas.

De antemão já informamos o leitor que as teorias defendidas por estes estudiosos acima citados não são em geral, as mesmas e muito menos, concluem da mesma forma. Onde em dados momentos, para que a teoria de um seja aceita, a de outro é refutada. Como é o caso de Pierre Clastres(2004), que em sua crítica à antropologia econômica, embora não realize refutações diretas ao trabalho de Betty

Meggers(1987), acaba por discordar de inúmeras considerações levantadas na pesquisa desta, posto que a mesma defende a teoria evolucionista cultural e com forte teor econômico sobre o modo de vida das populações nativas da Amazônia.

Nosso estudo pretende: ressaltar a importância da guerra para as sociedades indígenas amazônicas pré-coloniais, realizar um levantamento teórico acerca da função e representação da guerra para nosso objeto de estudo e analisar os diferentes significados da guerra para as sociedades indígenas pré-coloniais da Amazônia.

REFERENCIAL METODOLÓGICO

Nossa pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica acerca da guerra nas sociedades indígenas amazônicas pré-coloniais. Onde a partir da análise dos estudos já realizados teceremos nossas considerações acerca desta temática. Nossa linha de pesquisa é a etno-histórica, estabelecida por Neto(1997) pela necessidade da compreensão do “outro”, a partir de aproximação de estudo com outras ciências, em especial a antropologia.

O estudo sobre o outro, neste caso acerca das sociedades indígenas pré-coloniais, em muito se faz possível devido os relatos dos viajantes onde podemos observar inúmeras considerações acerca das sociedades nativas. Porém, tais considerações são margeadas pelo etnocentrismo, onde é a partir dessas dicotomias que se constrói a imagem do indígena, desde “outro”. E a partir disto, estas imagens devem ser analisado com ressaltavas, conforme pontua Antônio Porro(1995) que em sua obra “O povo das águas”, ao considerar que os relato de cronistas estão inseridos num contexto diferente, e com isso, muitas de suas considerações acerca da realidade indígena está mais relacionado com a visão de quem relata do que o significado desta na realidade indígena.

Desta forma, o estudo etno-histórico constitui mais do que apenas pela ânsia em conhecer o diferente, e sim pela necessidade de estabelecer novos parâmetros de análise, fugindo de considerações eutocentradas e procurando analisar o fenômeno do contato cultural sob diversas formas. Conforme salienta Neto(1997) a etno-história é iconoclasta e ao colocar as etnias em evidência, aprofunda o significado da liberdade de ser, contribuindo para uma cada vez maior noção da magnitude das trocas culturais.

Estaremos pois realizando nesta pesquisa uma revisão bibliográfica acerca de estudos sobre a guerra nas sociedades indígenas, enfatizando a importância desta para o nosso objeto de estudo, não a partir de uma noção da guerra para as sociedades européias, mas sim estabelecendo as particularidades dos grupos indígenas. Onde a partir de estudos antropológicos, históricos e arqueológicos podemos tecer algumas considerações acerca da importância e significados da guerra.

Para isso, nos deteremos aqui a uma análise da guerra, partindo do pressuposto de soberania da mesma sobre as populações indígenas pré-coloniais. Estabeleceremos considerações sobre algumas vertentes para a análise do significado da guerra, como a *naturalista*, *econômica*, *política* e *relativa a troca*, além de estudos de Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro(2009) que em relação a guerra dos Tupinambá estabelece uma noção à parte dos estabelecidos anteriormente.

A agressividade indígena

Como já observamos, a agressividade dos povos nativos foi amplamente abarcada pelos relatos de viajantes e cronistas, porém pretendemos agora não considerar apenas a visão deste estrangeiro, mas sim promover uma análise das justificativas dessa agressividade para o cenário amazônico.

Para Clastres, as sociedades indígenas eram sim altamente agressivas, onde a guerra consistia como elemento fundamental para a manutenção do grupo. Onde ao contrário do pensamento do “colonizador” branco, a guerra possuía significados específicos, sendo ela o elo mais importante para o entendimento dos aspectos socioculturais e políticos dos povos chamados por ele de primitivos. O “mundo” indígena, partindo do posicionamento de Viveiros de Castro(2002), não deve ser analisado a partir de uma lógica do mundo não indígena. Afinal, os atores de cada “mundo” estão em cenários diferentes e principalmente, movidos por razões distintas, onde a questão não seria a de querer empregar uma razão européia às ações dos nativos, e sim, observar as ações destes últimos em relação a sua própria cultura e significações dadas por eles. Onde a agressividade indígena não consiste,

como para a sociedade cristã-ocidental, como algo negativo e que deveria se contido.

Tal agressividade foi, conforme citado acima, pontuado pelos viajantes que se aventuraram nas terras do Novo Mundo. E antes de explanarmos sobre os diferentes significados da guerra, citaremos alguns grupos altamente guerreiros: Omágua, Tapajó e Tupinambá.

Os Omágua são denominados por Meggers(1987) como sendo um povo habitante da região de várzea^v, que ocupavam em 1542 o leito do rio Japurá até a metade da área situada entre o rio Coari e o Purus. Cerca de 148 depois, em 1690 já haviam emigrado para as margens do rio Napo e Putumaio. Este grupo é muito conhecido pela prática do achatamento da cabeça, observado por inúmeros viajantes. E no que tange ao caráter da presença da guerra, podemos compreender o forte caráter guerreiro dos Omágua, onde as guerras em geral se constituíam contra os povos de terra firme, com o finco de além da vingança, o de adquirir escravos, mostrando com isso uma importância da guerra mais do que de forma simbólica. Esta guerra, de maneira simbólica ou não, consistia para esse grupo como um elemento elementar da vida de seus membros.

Os Tapajós são localizados na região do Tapajós, nas margens do rio Amazonas. Este grupo, tanto quanto os Omágua foram alvos de inúmeras investidas de viajantes. É importante salientarmos que sem o alicerce dos estudos arqueológicos, praticamente todas as referências sobre estes grupos se dão devido o relato dos cronistas que se aventuravam nas expedições. No período em que o rio consistia como a principal via de transporte para o reconhecimento dessas regiões por parte de espanhóis, portugueses, ingleses, franceses e outros. Por isso, antes até de se ter um contato efetivo com os povos de terra firme, foram os povos de várzea que sofreram o contato inicial e devastador do “colonizador”.

Este povo foi altamente dizimado a partir do contato com os exploradores europeus e para a análise deles, Meggers(1987) se baseia em relatos de Carvajal, realizado numa expedição em 1542 e por Acuña, em 1639. Meggers(1987, p. 191) salienta que “Os tapajós eram muito temidos pelas tribos vizinhas e mantinham sua supremacia sobre elas por serem mais numerosos, possuírem flechas envenenadas e por estarem sempre prontos para a guerra”. Onde podemos observar que este

grupo também figurava por seu caráter altamente guerreiro, que saltava os olhos de Carvajal, ainda mais por se constituírem com uma população altamente numerosa.

Os Tupinambá, a partir de estudos de Viveiro de Castro e Carneiro da Cunha, representa todos os grupos de língua tupi da costa brasileira, em especial, os Tupiniquim. O ênfase dado por estes à prática guerreira Tupinambá se dá a partir da prática da antropofagia, tendo a vingança e a morte do *inimigo* como peça fundamental, e segundo Viveiros e Da Cunha, a vingança consiste como *maquina do tempo*, sendo ela a ferramenta de conexão entre o passado, o presente e o futuro. E a guerra consiste, embora não sob as mesmas perspectivas de outras sociedades indígenas, numa peça fundamental para a vida em grupo, conforme podemos observar a partir da consideração de missionários, onde “dizia dos Tupinambá o jesuíta Soares de Souza: ‘como os Tupinambá são muito belicosos, toda a sua preocupação é saber como farão a guerra e seus adversários’”. (CLASTRES, 2004, p. 234)

Podemos observar, além destes, muitos outros inúmeros relatos e estudos acerca da presença da guerra nas sociedades ameríndias, cabe agora estabelecermos os diferentes significados para essa prática guerreira. Afinal, por que esses povos guerreavam?

Nesses quinhentos anos, houve guerras de resistência; houve aquelas motivadas pela captura de inimigos a serem trocados por instrumentos de metal com os brancos; houve outras que resultaram do movimento de populações em fuga; ou, ainda, aquelas movidas por valores ‘tradicionais’. Sobre que guerras, portanto, estaremos falando? (FAUSTO, 1999, p. 252)

É a partir do questionamento de Carlos Fausto que teceremos nossa discussão sobre o conceito da guerra ameríndia. E para responder nossos objetivos necessitaremos compreender quais são os diversos significados da guerra na sociedade indígena, e antes de mais nada, compreende a sua importância. Onde a partir da obra “Arqueologia da Violência” do antropólogo Pierre Clastres(2004) podemos observar a tendência em universalizar a importância da guerra nas sociedades ameríndias, sendo ela a principal característica das sociedades “primitivas”. E a partir disto, podemos pontuar algumas vertentes que significam o conceito da guerra. O primeiro conceito refere-se à uma noção da guerra de cunho naturalista, tendo como defensor Leroi-Gourhan^{vi}, o econômico partiu, sendo Clastres, de uma junção do senso comum com a teoria marxista e o terceiro, relativo

a troca tendo como precursor, Levi Strauss. Além disso, o próprio Pierre Clastres realiza uma significação da guerra, de cunho política. Outra representação da guerra é a realizada por Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro(2009), a partir de uma vertente cultural.

Os significados da guerra indígena

A abordagem de cunho naturalista refere-se a uma noção da guerra como sinônimo da caça. Sendo a violência como elemento fundamental para a subsistência, a guerra consistia numa caça ao homem, porém inúmeras críticas foram realizadas à esta vertente, pois considerar a guerra como caça seria pontuar a mesma como uma caracterização do homem como fonte alimentar, e para isso, a antropofagia seria uma prática generalizada e inevitável. E a guerra, como sendo universal, conceituada desta forma expressaria todas as sociedades ameríndias como sendo canibais. Porém, para Clastres, a guerra estaria inserida não na dimensão natural e sim, cultural.

Já a teoria de cunho econômico foi amplamente difundida e teve sua origem no senso comum em considerar as sociedades “primitivas” como tendo necessariamente uma economia de escassez, cuja precariedade das condições de sobrevivência lhes impunham a necessidade de praticar a guerra, sendo esta um elemento de atacar o inimigo para se apossar de seus bens ou até mesmo, ter a guerra como elemento de controle demográfico. É justamente essa noção de escassez pontuada por Clastres(2004) que será considerada como elemento primordial para a função do conflito armado. A economia de precariedade motiva a guerra. Partindo com isso, de uma consideração de miséria dos “selvagens” como algo inquestionável. Um exemplo desta visão é a significação da guerra em abordagem de Betty Meggers(1987).

Em seu estudo sobre a Amazônia, Meggers analisa as sociedades indígenas como divididas em povos de várzea e terra firme. Partindo de uma noção de forte determinismo ecológico, a autora estabelece a economia de ambas baseada na escassez, devido ao solo amazônico, onde mesmo com a presença do rio, não seria possível o desenvolvimento de grandes civilizações amazônicas. Porém, a várzea por possuir uma fonte de nutrientes maior do que a terra firme, figura com uma

propensão maior ao desenvolvimento populacional. Já os povos de terra firme necessitam de um forte controle demográfico, seja por meio do infanticídio ou do abandono de idosos, tendo a guerra como elementar fator de controle da população. Segundo a referida estudiosa, as sociedades da várzea tinham a guerra tanto como ferramenta de controle da população como função de gerar recursos humanos para a exploração dos territórios de várzea, por meio do aprisionamento e escravidão. Onde em ambos os casos, podemos observar a forte influência da economia nessas ações. O conflito intergrupal neste sentido é derivado de um fundamento econômico. A economia rege as ações do grupo.

Porém, tal fundamento de miséria inevitável e de uma constante necessidade de controle populacional teve como divergente o antropólogo Marshall Sahlins^{vii} que em seu estudo sobre as populações indígenas aborda que tal determinismo não é coerente, posto que de acordo com seus estudos, a economia “primitiva” era uma economia de abundância, e não de escassez. Com isso, Sahlins estabelece a guerra não como resposta à uma necessidade econômica, posto que para ele, a economia não consistia em fator determinante e que consumia grande parte do tempo dos grupos. Neste sentido, Marshall Sahlins^{viii} inverte a noção de escassez para de abundância, e com isso, insere a guerra no campo mais cultural do que econômico. Outra fundamentação foi realizada por arqueólogos, que ao estudarem a Amazônia estabeleceram que embora a mesma possuísse sim territórios pobres de nutrientes, tal consideração não deve ser empregada à toda região Amazônica, como é o caso de Shaan e outros(2007) sobre a possível existência de grandes assentamentos populacionais em *terra firme*, contrapondo-se a teoria defendida por Betty Meggers(1987) de que a Amazônia não suportaria grandes povoações por ser um lugar pobre em nutriente. Neste sentido, Neves (2006) estabelece que o importante ao estudar sobre as populações da Amazônia, é não estabelecer critérios simplistas e etnocêntricos, condicionando-as à comparação evolutiva em relação às sociedades européias e sim, observar suas particularidades e capacidade de mudança e adaptação em relação ao meio geográfico.

Continuando nossas considerações acerca da guerra, Levi Strauss^{ix} desenvolveu outra vertente teórica sobre a função desta nas sociedades ameríndias. Tal discurso é relativo a troca. A guerra para Levi-Strauss consistiria numa ferramenta de relação de comércio. Onde seria este último o elemento primordial da

vida em grupo, a procura pelas trocas a partir da formação de alianças. Sendo a guerra mais do que efeito de uma troca mal sucedida, e sim como troca. Porém segundo Fausto(1999) essa noção estaria condicionada a uma consideração da guerra como forma positiva de relação, reduzida à uma modalidade de troca, *trocas violência, trocas de corpos, troca de vingança, troca de energia*, estabelecendo um *universo de troca simétrica, como reciprocidade equilibrada*.

Parece-me, porém, duvidoso que possamos tomar a troca como modelo de relação guerreira, de onde a identificarmos a segunda à primeira, seja no nível do modelo, seja no plano da experiência. (...) ao tratar o fenômeno com certa assepsia – assepsia justificada em nosso contexto colonial –, esse discurso nos traz algumas dificuldades de ordem teórica e etnográfica. A passagem sem mediações da guerra à troca tende a esvaziar a dimensão política da guerra, a obscurecer sua fenomenologia e a anular o campo do sujeito. (FAUSTO, 1999, p. 263)

A partir com o trecho acima, podemos perceber em que sentido a fundamentação de Levi Strauss é refutada. Tal contrariedade surge em função de uma não aceitação da guerra como mero reflexo da troca, deixando de lado, inúmeros significados da mesma e a reduzindo-a a uma busca por uma *amizade generalizante*, como pontua Pierre Clastres(2004). A guerra, nesse sentido levistraussiano, condicionada e menospreza a violência, a vingança e outros instintos que promovam a guerra. Não que a guerra tenha que ser de um todo motivada por fatores negativos, porém sendo reduzida à uma noção de troca, a mesma estaria condicionada a uma procura por “paz”, por troca, por aliança de todos com todos. E isto é conflitante, ao passo que determina toda uma realidade. Onde para Clastres o que se contraria não o fato de aceitar ou não a prática da troca, mas sim a discordância da generalização da mesma por parte de Levi Strauss, posto que ao tornar a troca como algo necessário e inevitável, o mesmo reduz o significado da guerra. A troca faz sim parte dos grupos indígenas, mas não seria ela o elemento primordial de sua vida, conforme salienta o autor de “Arqueologia da Violência” a partir de estudos de Marshall Sahlins, posto que estas sociedades, baseadas numa economia de abundância, possuíam um ideal autárquico que culminava numa prática de se evitar o máximo possível a necessidade de trocas entre grupos. Onde para Clastres(2004, p. 250) “A troca e a guerra devem portanto ser pensadas, não segundo uma continuidade que permitiria passar por graus de uma à outra, mas segundo uma descontinuidade radical que é a

única a manifestar a verdade da sociedade primitiva.”. É a partir de tais considerações que este antropólogo amplia a conceituação da guerra, a partir de uma função sociológica da mesma, considerando a guerra como fundamental para a *autonomia* da sociedade primitiva.

Para realizar tal explanação, este estudioso da antropologia política defende que ao contrário da noção evolucionista cultural, os povos primitivos não tendiam à uma necessária formação de cidades-estado. Ao invés disto, para ele, estas sociedades em geral negavam a noção de Estado, posto que com isso perderiam sua autonomia e homogeneidade grupal. Para o renomado antropólogo, a fuga de uma unidade de Estado que se constitui na necessidade de auto afirmação do grupo. É estabelecendo o outro, o inimigo que se pode pontuar o *eu*. É considerando a diferença e evitando uma amizade de todos com todos que as sociedades primitivas podem constituir e manter sua individualidade. Esta é a tese principal de Clastres, que nomeou seu livro mais famoso: “*A sociedade contra o Estado*”. E é partindo desta consideração que surge a função da guerra. Ela é ferramenta para promover a autonomia.

Porém, essa ponderação acerca do significado da guerra de forma sociológica e universal tomba em algumas peculiaridades da guerra dos povos Tupinambá,

57

A guerra tupinambá não se presta a uma interpretação instrumentalista, ela não é ‘funcional’ para a *autonomia* (o equilíbrio, a ‘reprodução’) da sociedade, autonomia, essa que seria o *telos* da sociedade primitiva. E foi assim que Florestan precisou reduzir a guerra a peça de um inexistente culto de ancestrais, e que Clastres expulsou os Tupi do paraíso primitivo: essa guerra era excessiva dentro do universo morno das funções e da regulação social. Ambos os autores, portanto, invertem a relação meios/fins – se tal relação em algum sentido, em um caso onde guerra e sociedades são coextensivas. (CARNEIRO DA CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 2009, p. 98/99)

Com essa passagem do estudo de Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha sobre a *vingança e temporalidade* dos Tupinambá, surge uma nova visão da guerra ameríndia, contrapondo-se a noções já estabelecidas, no que tange a guerra dos Tupinambá. Onde conforme elucidado no trecho acima, a guerra para este grupo não se insere em uma função sociológica que tem como significado a reprodução de uma ordem social. Ao contrário, a guerra se insere como *máquina do tempo*, tendo como função o futuro e não o passado/presente. Observamos então

mais um significado da guerra indígena, que tem como vertente não uma visão naturalista, nem econômica e tampouco sociológica.

CONCLUSÃO

A guerra indígena, como podemos notar é representada de diversas formas, sejam elas mais ou menos aceitas, mas que porém visam dar sentido a esta prática tão divulgada por cronistas e viajantes,

Além de servir como instrumento de transformação da realidade física, a guerra tinha funções que extrapolavam os limites do mundo físico e servia também como instrumento de respeito e preservação da memória e como mecanismo de realinhamento entre o mundo dos espíritos e o mundo das sociedades nativas. Por isso, as tribos faziam guerras por vários motivos: para conquistar terras mais férteis e regiões de florestas onde a caça era mais abundante, para espantar os maus espíritos, para lembrar parentes mortos, para pagar (vingar) mortes de parentes, para mostrar que eram fortes. (BENTES, 2006, p. 26)

É a guerra de inúmeros significados, como elucida Bentes(2006), podendo ser tanto de cunho econômica, como sociológica, cultural e até mesmo natural. Não poderíamos aqui determinar qual é o significado mais ou menos apropriado para os conflitos guerreiros das diversas realidades dos povos ameríndios. Cada significado acima descrito representou um momento da construção do saber científico e sua importância não pode de maneira alguma ser menosprezada.

A partir do questionamento da função da guerra para as sociedades indígenas figurou mais do que para realizar uma análise hobbesiana deste homem, considerando-o como em estágio primitivo, por estar inserido num contexto sem a existência de uma noção de Estado, e por tal, tendo sua agressividade como algo natural. Visamos aqui, ao contrário, procurar pontuar que mesmo com uma universalização do conceito de Homem e guerra, tais noções não são tão fáceis de serem compreendidas, e nem é o nosso objetivo fundamental aqui as fazer entender de maneira completa e abarcando todas as teorias e significados para a mesma. É sim, nossa função ter estabelecido uma abordagem que visou considerar o indígena e sua cultura por si só, sem uma comparação de inferioridade, estabelecida por um grau de evolução ou de parâmetro de idealização fundamental para o futuro deste nativo. E no que tange a guerra, a agressividade e a violência indígena, não é o

contexto destas palavras no mundo ocidental que será suficiente para compreendê-las no mundo indígena. É preciso entender e estudar as sociedades nativas da Amazônia não como sendo inferiores e simplórias, mas sim apenas diferentes.

Em nosso estudo observamos que mais do que uma definição do povo como sendo guerreiro não é suficiente para estabelecer um único significado para a guerra. Estudiosos abordaram tal questão a partir de inúmeras vertentes e em suma, não poderíamos aqui estabelecer qual destas significações melhor se aplica num sentido geral. Ao contrário, para estabelecer qual o significado da guerra melhor se aplica à um dado grupo, é necessário analisá-lo de maneira específica. Afinal, da mesma forma que a representação guerra indígena não é a mesma da noção das grandes nações européias, tal significado também não deve ser empregado de forma universal, a partir de uma noção determinista do termo indígena. O que consideramos é que embora estes povos tenham vivido sob um mesmo território, a Amazônia, isto não significa dizer que foram regidos pelas mesmas normas sociais, político-culturais e econômicas.

Além disto, ressaltamos que todo o nosso estudo partiu de um pressuposto de que a guerra é o elemento primordial para a vida dos povos indígenas, seja como reflexo de uma necessidade econômica, natural, política ou cultural. E com isso, estamos cientes que tal determinação não comporta a ocorrência de estudos que estabelecem a existência de grupos que não praticavam a guerra, como é o caso dos Wai-Wai, segundo abordagem de Betty Meggers(1987). E por isso, não objetivamos responder ou abranger todos os significados da guerra, mas sim abordar sobre alguns signos desta que podem ter influenciado o modo de vida destes povos, partindo de uma análise que de fato, continua sendo nossa, e não deles. Afinal, falamos sobre ele, o outro, o nativo, colocando-o como objeto e não como autor dessas hipóteses que durante este trabalho explicitamos. Com isso, ressaltamos que embora muito almejamos, não é possível compreender toda a realidade^x vivida por esses povos. A arqueologia em muito corrobora para nos aproximarmos de uma noção mais próxima disto, por ser um estudo sobre a cultura material produzida por eles, porém, é importante salientarmos que mesmo ao se estudar a cultura material, tanto quanto a imaterial, é a subjetividade daquele que realiza o estudo que consiste num elemento de forte importância na análise. E com isso, falar ontem e hoje sobre o índio é não é falar sobre o que o índio pensaria de

fato, mas sim, sobre o que nós pensamos sobre eles. Porém, também não precisamos, como os alunos de Marshall Sahlins(2004), evitar o estudo sobre estes povos. Mas sim, devemos compreender que de fato, estamos longe de uma total compreensão sobre eles. Mas não podemos deixar de estudar, de debater, promover temas e hipóteses. Afinal, isso é fazer ciência. A arte da eterna procura pelo conhecimento. E mais do que isso, não é julgar o indígena pelas suas práticas antropomórficas e pelo forte apelo à guerra, mas sim compreender a resignificação destes termos em sua cultura. Afinal, como elucida Marc Bloch(1949), este é o trabalho do historiador, mais do que julgar, compreender.

REFERÊNCIAS

- BENTES, Dorinethe dos Santos. **As primeiras imagens da Amazônia**. Manaus: Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA), 2006.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa-América, 1949.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Vingança e Temporalidade: os Tupinambá. IN: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com Aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac&Naify. 2009, p. 77-99.
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência – pesquisa de antropologia política**. São Paulo : Cosac & Naify, 2004.
- DESCOLA, Philippe. A selvageria culta. IN: NOVAES, Adauto. **A outra margem do ocidente**. São Paulo : Companhia das Letras, 1999, p. 107-124.
- FAUSTO, Carlos. Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena. IN:NOVAES, Adauto. **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 251-282.
- MEGGERS, Betty J. **Amazônia, a ilusão de um paraíso**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. IN: CARDOSO; VAINFAS. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro : Elsevier, 1997, p.313-328.
- NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2006.

- PORRO, Antônio. **O povo das águas : ensaios de etno-história amazônica**. RJ : Vozes, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- SAHLINS, Marshall. **Esperando Foucault, ainda**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- SHAAN, D.P., M. Parssinen, A. Ranzi, J. C. Piccoli. 2007. Geoglifos da Amazônia ocidental: evidência de complexidade social entre os povos de terra firme. **Revista de Arqueologia**, 20:67-82.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo : Cosac&Naify, 2002.

NOTAS

ⁱ Ao utilizarmos o termo “pré-colonial” estamos nos referindo à um estudo dos povos indígenas e de suas características acerca da guerra, que se constituíram anteriormente ao contato e trocas culturais com os europeus.. Estaremos também abarcando o período inicial de colonização, onde os conflitos entre ameríndios e aventureiros do “Velho Mundo” foram latentes e não podendo considerá-los como já tendo sido “amansados”, “colonizados” ou até mesmo, dizimados.

ⁱⁱ Graduanda no 4º período do curso de História – Universidade Federal de Rondônia.

E-mail: elisoliveiraa@gmail.com

ⁱⁱⁱ Filósofo inglês, autor de *Princípios da Sociologia*.

^{iv} Antropólogo e etnologo francês.

^v Região cultivável localizada nas margens de grandes rios

^{vi} *Apud* CLASTRES(2004)

^{vii} *Apud* CLASTRES(2004).

^{viii} *Apud* FAUSTO(1999)

^{ix} *Apud* CLASTRES(2004)

^xRealidade como processo da plenitude do vivido. .